

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ISABELA RODRIGUES SILVA

A LETRA CURSIVA NOS ANOS INICIAIS DA ALFABETIZAÇÃO: obrigatoriedade
ou tradição?

ITUIUTABA - MG

2023

ISABELA RODRIGUES SILVA

A LETRA CURSIVA NOS ANOS INICIAIS DA ALFABETIZAÇÃO: obrigatoriedade
ou tradição?

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Pedagogia da Universidade
Federal de Uberlândia (UFU), Instituto de
Ciências Humanas do Pontal. Apresentado
à banca examinadora como requisito
parcial de avaliação da Disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora: Profa. Dra. Mical de Melo
Marcelino

ITUIUTABA - MG

2023

ISABELA RODRIGUES SILVA

A LETRA CURSIVA NOS ANOS INICIAIS DA ALFABETIZAÇÃO: obrigatoriedade
ou tradição?

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Pedagogia da Universidade
Federal de Uberlândia (UFU), Instituto de
Ciências Humanas do Pontal. Apresentado
à banca examinadora como requisito
parcial de avaliação da Disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso II.

Ituiutaba, 17 de Novembro de 2023.

Banca Examinadora:

Mical de Melo Marcelino – Doutora (UFU-ICHPO)

Simone Aparecida dos Passos – Doutora (UFU-ICHPO)

Simone Cléa dos Santos Miyoshi – Doutora (UFU-ICHPO)

AGRADECIMENTO

Início meus agradecimentos testemunhando o papel fundamental que minha fé e confiança em Deus influenciaram ao longo deste percurso acadêmico, sair de casa para estudar em outro estado nunca foi um sonho almejado por mim, mas ao me deparar com essa oportunidade, agarrei-a e confiei que era o melhor para o meu futuro, e com toda certeza foi, a pessoa que sou hoje foi construída em decorrência a todas as experiências que vivenciei em meu período inserida na academia. Essa fé também se mostrou ser primordial na construção deste trabalho, me dando alento em todas as vezes que duvidei de minha capacidade para concluir, me fortalecendo a seguir em frente e superar os diversos desafios que surgiram no caminho. Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha família, especialmente aos meus pais, José Nelson e Maria Brígida, pelo amor incondicional, apoio financeiro e emocional que me proporcionaram em toda minha jornada acadêmica, também a minha irmã Aline Patricia em quem me espelhei me encorajando ser o meu melhor, e meus sobrinhos Miguel e Maria Beatriz que mesmo longe sempre foram fontes inesgotáveis de amor inspiração e felicidade. Sem vocês, esta conquista não teria sido possível. À minha orientadora, Mical de Melo Marcelino, gostaria de agradecer por sua competência e paciência ao longo do desenvolvimento deste trabalho, suas orientações, feedback construtivo e vasto conhecimento foram fundamentais para o sucesso deste projeto, que, se não fosse por sua instigação em pensar fora da caixa, nunca teria sido possível, uma vez que o tema surgiu em uma de suas aulas. Expresso minha gratidão também a todos os professores, colegas e amigos que, de alguma forma, desenvolveram para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Em especial, quero agradecer aos meus amigos Camilla Gabriel, Cristielly, Hagata, e Laura por cada conversa, troca de ideia e desafio compartilhado, cada interação com vocês foi valiosa e enriquecedora. Por fim, estendo meus agradecimentos a todos que mesmo não intencional participaram dessa jornada comigo. O apoio e encorajamento que recebi durante este período foram inestimáveis. Este trabalho não representa apenas meu esforço individual, mas sim a colaboração e apoio de muitos, seja oferecendo uma conversa ou demonstrando preocupação comigo durante esse percurso. A todos, meus sinceros agradecimentos por fazerem parte desta realização.

“Quando vem na minha casa, minha priminha sempre me chama para brincar com ela. Ultimamente, como estou estudando para os vestibulares, não tenho conseguido dar tanta atenção para ela. Hoje, quando veio aqui, ela disse: - Por que você estuda tanto se já aprendeu a escrever com a letra juntinha?”

(Liz, 4 anos)¹

¹ Retirado da página do instagram @frasesdecriança

RESUMO: O ensaio que ora se apresenta tem como tema a obrigatoriedade da letra cursiva no Ensino Fundamental e advém de reflexões que levam em conta o estudo de ideias vertentes de pensamento sobre o ensino da escrita e a alfabetização, mas também a observação da realidade escolar e a imposição de uma forma única de escrita, como se a mesma representasse a legítima “escrita escolar”, desconsiderando como formas possíveis, outras escritas presentes nos demais ambientes sociais frequentados pelos alunos. Questionando sobre esse descompasso, chegamos às perguntas que orientaram essa pesquisa: Qual seria o sentido de tornar obrigatória a prática de uma escrita que observa-se majoritariamente no ambiente escolar ou em escritos pessoais, sendo estes últimos uma escolha de quem escreve? Por que obrigar a escrever a letra cursiva, sendo que na sociedade em que estamos inseridos as práticas de letramento se dão prioritariamente com a letra de imprensa? Ao elaborar reflexões sobre as mesmas, perseguimos os seguintes objetivos: (a) analisar, nos documentos que norteiam o processo de alfabetização no ensino fundamental, as orientações acerca do uso da letra cursiva; (b) problematizar as discussões que circulam sobre a exigência da caligrafia com letra cursiva, na literatura especializada sobre o assunto; e (c) Apontar possibilidades de trabalho com as diversas formas de escrita, considerando a realidade educacional brasileira. A leitura dos trabalhos produzidos sobre o tema, em diversas áreas do conhecimento, nos levaram à hipótese de uma “tradição escolar inventada” e nos permitiram apontar alguns pontos para reflexão e contribuir para a ampliação desse debate no campo da pesquisa em Educação e também no âmbito das instituições escolares.

Palavras-chave: Escrita Cursiva. Obrigatoriedade. Alfabetização.

ABSTRACT

The essay presented here has as its theme the mandatory use of cursive writing in Elementary School and comes from reflections that take into account the study of ideas, aspects of thought about the teaching of writing and literacy, but also the observation of school reality and the imposition of a unique form of writing, as if it represented legitimate “school writing”, disregarding other writings present in other social environments frequented by students as possible forms. Questioning this mismatch, we arrived at the questions that guided this research: What would be the point of making mandatory the practice of writing that is mostly observed in the school environment or in personal writings, the latter being a choice of the writer? Why force us to write in cursive, given that in the society in which we live, literacy practices occur primarily with printed letters? When elaborating reflections on them, we pursue the following objectives: (a) analyze, in the documents that guide the literacy process in elementary school, the guidelines on the use of cursive; (b) problematize the discussions that circulate about the requirement for cursive handwriting, in specialized literature on the subject; and (c) Point out possibilities for working with different forms of writing, considering the Brazilian educational reality. Reading the works produced on the subject, in different areas of knowledge, led us to the hypothesis of an “invented school tradition” and allowed us to point out some points for reflection and contribute to the expansion of this debate in the field of research in Education and also in scope of school institutions.

Keywords: Cursive Writing. Obligatoriness. Literacy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A ESCRITA CURSIVA NA HISTÓRIA DA ESCOLA BRASILEIRA: LEVANTAMENTO DE PESQUISAS PRÉVIAS.....	14
3 A ESCRITA CURSIVA NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO: O QUE APONTAM OS DOCUMENTOS.....	19
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela temática surgiu, inicialmente, a partir das discussões sobre alfabetização na disciplina de “Processo de Alfabetização II”, associando com as vivências do estágio em ensino fundamental. Observei que na sala de aula dos anos iniciais do ensino fundamental era imposto e estimulado que as crianças copiassem suas tarefas com a letra cursiva, desta forma escrever com ela se tornava uma habilidade a ser alcançada para demonstrar conhecimento. Tal imaginário da letra cursiva como indício de completude do processo de aquisição escrita se expressa no texto que usamos como epígrafe deste trabalho, em que a pequena Liz se surpreende com o fato de que alguém mais velho ainda estude uma vez que já aprendeu a escrever com “letra juntinha”, a letra cursiva.

Com isso, me recordei que quando estava no ensino fundamental também fui atingida por essa obrigatoriedade vigente na instituição. Como minha letra era bem pequena e não muito uniforme diversas vezes era exigido que eu apagasse o que já havia escrito e refizesse as tarefas, enfatizando que o tamanho e um bom desenho da letra deveria ser uma habilidade desenvolvida, tornando a escrita cursiva uma competência a ser aprimorada por mim.

No âmbito da psicologia infantil, no entanto, há estudos que explicam que o tamanho da letra de uma criança relaciona-se com aspectos cognitivos e psíquicos, ou seja, vai além de uma habilidade motora. O psicanalista francês Pommier (2011), por exemplo, destaca que as representações escritas ou desenhadas por uma criança não são meros traços aleatórios ou caracteres desprovidos de significado. Pelo contrário, elas estão intrinsecamente ligadas às projeções oníricas das crianças, revelando um vínculo profundo entre a escrita infantil e o mundo interior de suas mentes.

É importante ressaltar que o tamanho da letra utilizada por uma criança ao escrever não é um mero acaso, nem algo que ocorre sem motivo aparente, o tamanho das letras é uma construção interna que está diretamente relacionada à imaginação e à forma como uma criança percebe o mundo ao seu redor.

Em outras palavras, as representações escritas não são algo estático, mas sim expressões dinâmicas das experiências e da visão do mundo de cada criança, ressaltando também que a história da escrita precede ao ato da criança desenhar ou escrever, uma vez que a mesma se apropria de toda a história da escrita, e repassa por ela ao realizar tal ação.

Para Souza Filho e Silva (2020, p. 372) "[...] Cada nova forma adquirida pela escrita temos uma nova sociedade, um novo tempo ou vice-versa". Com isso, podemos afirmar que a escrita seja ela cursiva, imprensa, ou as mais primitivas, nessa perspectiva são para além de uma ferramenta de comunicação e perpetuação da história, um reflexo das mudanças temporais e sociais que acontecem à nossa volta, como uma produção de determinada época, num ciclo constante de evolução e mudança.

Pommier (2011) salienta que cada criança, ao aprender a escrever, refaz o percurso que a humanidade fez na criação e evolução da escrita. Entrando em correspondência com o processo de filogênese e ontogênese conceitos do campo da biologia, o primeiro filogênese diz respeito à evolução ao longo do tempo, ou seja, como a escrita surgiu, a trajetória que percorreu, e o lugar que se encontra atualmente. Enquanto a ontogênese se refere ao processo individual da escrita, o processo que a criança percorre para chegar a tal ação. Os dois conceitos caminham juntos visto que a ontogênese, o processo individual da criança perante a escrita é influenciado pela filogênese o contexto histórico em que está inserida.

A descoberta histórica da escrita e sua aprendizagem individual seguem, talvez, o caminho de uma correspondência entre filogênese e ontogênese; mas seria preciso mostrar que uma criança começa traçando hieróglifos (que lhe são, sem dúvida, absolutamente pessoais), antes de dar o passo que vai levá-la de uma escrita pictográfica a uma escrita alfabética. Entre um desenho (que comporta uma legenda implícita) e uma escrita, que daria conta integralmente dessa legenda, existe talvez uma progressão cronológica, mas a relação lógica entre esses dois momentos não aparece com evidência (Pommier, 2011, p.18).

Isto é, ao fazer seus primeiros rabiscos e desenhos antes de começar a escrever de maneira convencional a criança reproduz uma escrita pictográfica, usada pelos humanos da pré-história, a fim de iniciar uma evolução até a escrita alfabética. A escrita pictográfica é composta por imagens e símbolos para representarem palavras, objetos e ideias. E a escrita alfabética se baseia em letras e sons a fim de formar palavras. Essa evolução é complexa e acontece ao longo do tempo em que a criança amadurece, sendo assim não há uma relação lógica e evidente entre esses dois momentos, pois a escrita não é uma construção linear uma vez que pode variar de uma criança para outra.

De fato, tal hipótese se confirma na descrição que Emilia Ferreiro (1981) faz do percurso de aquisição da escrita por uma criança, em sua teoria psicogenética. A mesma explica que do ponto de vista construtivo a criança percorre uma linha de evolução

perante a escrita, pois ela inicia traçando o que a autora chama de garatujas, que são desenhos e rabiscos que podem se assemelhar a letras, entretanto não possuem uma significância real internalizada sobre elas, e somente quando a criança começa a entender a correspondência entre letras e sons que ela se insere no estágio pré silábico, ou seja, ela compreende que letras podem corresponder a sons ou a organização das palavras, outra etapa é a silábica na qual a criança começa a entender que as sílabas são componentes das palavras e começam a usar as letras para representar as sílabas inserida nas palavras, compreendendo assim de maneira mais ampla o sistema alfabético, a última etapa descrita é a alfabética nesta etapa a criança já entende que as letras representam sons específicos e começam a usar para escrever as palavras de maneira sólida.

Em contato com tais teorias (que me fizeram revisitar as memórias da minha própria alfabetização) surgiram, as primeiras inquietações a respeito da imposição da letra cursiva no ambiente escolar: Qual seria o sentido de tornar obrigatória a prática de uma escrita que observa-se majoritariamente no ambiente escolar ou em escritos pessoais, sendo estes últimos uma escolha de quem escreve? Por que obrigar a escrever a letra cursiva, sendo que na sociedade em que estamos inseridos as práticas de letramento se dão prioritariamente com a letra de imprensa?

Nas leituras prévias realizadas sobre o tema, na tentativa de qualificar as questões que me fazia empiricamente, foi possível observar que o ensino e o uso da letra cursiva vem sendo pauta de diversas discussões, não somente no Brasil mas em outros países, como por exemplo a Finlândia e os Estados Unidos da América que extinguiram a escrita cursiva do processo de alfabetização o colocando como ensino opcional e o substituíram pelo ensino embasado em telas e letramento digital (Sousa; Filho, 2020). Isso ilustra a diferença de abordagem educacional pois, se comparada ao Brasil, além de terem um maior investimento na educação, prioriza adaptar o ensino às demandas da modernidade, focando em um ensino cada vez mais digital onde a comunicação escrita ocorre em maior parte por meios eletrônicos. Embora esse debate esteja permeando o Brasil, a abordagem da escrita cursiva é amplamente valorizada nas escolas, e a transição para o letramento digital e o ensino em telas requer uma infraestrutura que se encontra limitada em diversas áreas do país, enfrentando desafios significativos no que diz respeito ao investimento educacional.

Ainda buscando razões para a suposta obrigatoriedade do ensino da letra cursiva, além da leitura de artigos sobre o tema, fizemos uma rápida análise dos

documentos norteadores da educação e não encontramos qualquer recomendação da escrita cursiva como um conteúdo obrigatório dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A Lei de Diretrizes e Base (1996), por exemplo, salienta na terceira seção destinada ao ensino fundamental que os discentes devem ter o domínio da leitura, escrita, e cálculo, mas não faz referência individual ou específica às formas de escrita. A Base Nacional Comum Curricular (2017) por sua vez, na sua seção destinada à Linguagem, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ressalta a importância do domínio de textos multissemióticos (que mobilizam múltiplas formas de linguagem/representação), mas não traz qualquer menção à letra cursiva ou a obrigatoriedade de um tipo escrita em detrimento de outra.

É importante destacar que, tanto na LDB quanto na BNCC, não há menção específica à letra cursiva ou à sua obrigatoriedade, portanto, a decisão sobre como ensinar ou qual usar no cotidiano escolar se torna uma questão pedagógica, deixada ao critério das escolas e educadores, variando de acordo com as diretrizes adotadas por estados, municípios, escolas e professores em suas práticas pedagógicas.

A observação do cotidiano que nos permeia dentro da universidade, nos permite identificar também que a tecnologia e os dispositivos digitais são cada vez mais usados por alunos e professores, a agilidade e facilidade das telas supera o uso da escrita à mão, especialmente quando se trata de armazenamento e acesso rápido às informações.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é problematizar o uso da letra cursiva como tradição escolar, tomada como sendo a única forma legítima de escrita no ambiente da escola e nas tarefas relacionadas a ela. Decorrem deste, os objetivos específicos dessa pesquisa: (a) analisar, nos documentos que norteiam o processo de alfabetização no ensino fundamental, as orientações acerca do uso da letra cursiva; (b) problematizar as discussões que circulam sobre a exigência da caligrafia com letra cursiva, na literatura especializada sobre o assunto; e (c) Apontar possibilidades de trabalho com as diversas formas de escrita, considerando a realidade educacional brasileira.

A metodologia escolhida para desenvolver o trabalho foi a pesquisa bibliográfica com levantamento de dados, a fim de analisar os discursos e discussões que abordam sobre a temática. De acordo com Severino (2007) a pesquisa bibliográfica visa a utilização :

[...] dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 106).

Desta forma compreende-se que esse método de pesquisa atende a problemática e os objetivos deste estudo. Além de buscar informações nos documentos que orientam a educação brasileira, fizemos um levantamento de pesquisas que versassem sobre o tema da escrita cursiva. E para além da área de educação ou alfabetização encontramos trabalhos que discutem aspectos sobre a letra cursiva nas áreas de design, tipografia, história e mídia, transparecendo que a temática é de interesse não apenas de professores e pedagogos, mas também de outros campos do conhecimento que não necessariamente trabalham cotidianamente com a escrita cursiva ou com métodos de alfabetização.

Evidenciamos que não é pretensão deste trabalho colocar em disputa o ensino da letra cursiva ou do letramento digital, nem tampouco legislar sobre a validade ou não do seu ensino, mas entender como a letra cursiva se consolida como uma tradição escolar, problematizar a sua obrigatoriedade e, com isso, sermos capazes de ressignificar a escrita e seu ensino escolar. Esclarecemos ao leitor que, dada a escassez de material e a forma espalhada como estão localizados nas diversas áreas de produção do conhecimento, esse texto - pela limitação do tempo da pesquisa dedicado a um trabalho de conclusão de curso de graduação - constitui-se como um ensaio sobre o assunto. Por ensaio, estamos na esteira de Larrosa (2003) que defende, em sua leitura de Adorno (1954) sobre o tema, que esse modo de escrever se presta a uma atitude frente ao conhecimento que permite questionar o que está posto e levantar novas possibilidades de leitura sobre um mesmo tema, ainda que não seja possível esgotá-lo. Nesse sentido, esse texto não se satura de conceitos e definições, mas se constrói por meio da exposição dos achados (Larrosa, 2003, p. 114), no nosso caso, sobre a escrita cursiva e a imposição da mesma nos espaços escolares.

Procuramos assim através do estudo sobre a temática propagar essa reflexão nos professores atuantes e naqueles que estão no processo de formação, para que aprimorem e questionem suas práticas alfabetizadoras na sala de aula.

2 A ESCRITA CURSIVA NA HISTÓRIA DA ESCOLA BRASILEIRA: LEVANTAMENTO DE PESQUISAS PRÉVIAS

Consideramos que a discussão acerca do uso e ensino da letra cursiva no processo de alfabetização e nas escolas brasileiras é extenso e multifacetado, inúmeras são as considerações a favor e contra o uso e ensino da caligrafia cursiva. Com isso voltamos então nosso olhar para o decorrer do aspecto histórico da letra cursiva e caligrafia dentro das escolas brasileiras.

De acordo com Vidal e Gvirtz (1998) a escola elementar do século XVIII se atenta somente a ensinar as crianças a ler, postergando a escrita, uma vez que a mesma era vista como uma atividade profissional, em decorrência aos materiais que eram necessários para escrever, a dificuldade da atividade e o conhecimento que deviam ser preestabelecidos para desenvolver de tal ação. É a partir das escolas cristãs com os frades que a escrita vem tomando espaço na escola elementar, com que consideravam uma escrita rudimentar, uma vez que se distanciava da bela caligrafia mais comum à época. Pontuando que no Brasil o ensino da escrita para crianças com um caráter educativo toma notoriedade no século XIX, quando a elite brasileira começa a se preocupar com o ensino das primeiras letras. Sendo assim com a primeira constituição do Império em 1827 se inicia um movimento de instrução pública, organizando o ensino elementar para meninos e meninas, colocando como obrigatoriedade para as capitânicas e províncias o uso do método mútuo, ou seja ensinar várias crianças juntas, levando a elaboração do Ato Adicional de 1834 que tornava obrigação de cada província o financiamento e controle do ensino das primeiras letras, uma vez que o governo imperial sozinho não estava dando conta de cuidar de toda a educação elementar. É somente em 1946 com a Lei Orgânica do Ensino Primário que ocorre uma descentralização da administração do ensino elementar, tornando o dever das províncias e do estado em decorrência ao Brasil república que vinha se instituindo. Revelando um dos motivos da dificuldade atual em analisar de maneira ampla as mudanças realizadas dentro das escolas e dos currículos brasileiros destinados ao ensino primário, uma vez que as mudanças de ensino destinadas à educação infantil se deram de maneira local e individualizada.

Ou seja a forma com que o ensino da caligrafia foi inserido no Brasil e seu decorrer fora marcado por dificuldade, pois assim como as discussões acerca de seu uso e valorização diante de diversos avanços tecnológicos e sociais que ocorrem na

atualidade, a mesma passou por um momento de ter que comprovar seu valor como uma habilidade útil para o desenvolvimento social de cada indivíduo, seus avanços não foram obrigatórios no Brasil como um todo, mas sim uma escolha individualizada de cada localidade do país, fato que conseguimos observar quando pautamos como é encarada a letra cursiva dentro das escolas Brasileiras.

Identificamos que a instauração efetiva no ensino elementar no país, e o ensino das primeiras letras só se deu de maneira legítima com o Brasil república, pois surge juntamente a esse novo modelo governamental a necessidade de melhorar a aparência do país perante o exterior, o colocando em um momento de higienizar sua imagem, dando notoriedade para a escola elementar que possuía como um dos maiores pontos negativos a falta de higiene e estrutura física de seus espaços, sendo assim a solução fora construir novos espaços escolares para suprir a ineficiência que permeava a educação primária brasileira, modificando para além dos espaços físicos as práticas escolares, colocando o ensino da escrita como ferramenta de normatização e regulamentação dos dos corpos dos educandos, já que para escrever teriam que passar por uma adequação corporal a fim de adquirir uma uma posição adequada, e uma forma correta de escrever. Em 1904 as instituições escolares paulistas instituem a caligrafia norte-americana, ou inclinada tida como mais adequada, mas com a Reforma da Instrução Primária de Minas Gerais em 1906 considerava a caligrafia vertical e arredondada como mais adequada a modernidade da época (Vidal e Gvirtz, 1998).

Colocando com isso a escrita cursiva e inclinada como algo retrógrado se comparado a modernidade que chegava junto às máquinas de escrever, um aspecto que de certa forma se repete na atualidade, pois em decorrência das mudanças tecnológicas ocasionadas em sua maioria pelo advento da internet e dos dispositivos eletrônicos, a visão de escrita adequada para a alfabetização vem se modificando.

Fomentando assim, discussões sobre o uso da letra cursiva tanto dentro das instituições quanto no cotidiano das pessoas, uma vez que a caligrafia manual cursiva vem sendo colocada em comparação quanto ao mundo digital, que em sua maioria é representado por meio da letra de imprensa, tornando desta forma a caligrafia tema de debates contemporâneos entre tecnologia e tradição da escrita a mão.

Em uma pesquisa realizada com professores do primeiro e segundo ano do ensino fundamental em Lajeado-RS é evidenciando que embora a BNCC não exija o uso da letra cursiva 91,67% dos professores entrevistados são favoráveis a sua aprendizagem, alavancando que do Programa de Pró Letramento ocorrido entre 2008 e

2009 aborda o ensino da letra cursiva em seu quadro de capacidades do primeiro ao terceiro ano do Ensino Fundamental para que os mesmos conheçam diferentes tipos de letras colocando como função da escola que a caligrafia dos alunos seja legível e com boa apresentação estética, aspectos reafirmados no Plano Nacional Alfabetização na Idade Certa – PNAIC que discutia a necessidade do ensino da letra cursiva, a qual era também cobrada nas avaliações externas que ocorriam no final do Ciclo da Alfabetização, contudo, ainda não tinha um caráter obrigatório (Schwabe e Lottermann, 2021).

Os dados dessa pesquisa reforçam a nossa hipótese de que a obrigatoriedade do uso da letra cursiva seja mais uma escolha pessoal das instituições e dos professores responsáveis pelo processo de alfabetização, do que algo relacionado a uma orientação institucional ou uma política de ensino. Parece-nos pertinente considerar que essa constância do uso obrigatório da letra cursiva dentro das escolas brasileiras seja algo feito por mera reprodução de professores para professores.

Observando esse cenário e procurando interpretá-lo, recorreremos ao que Hobsbawn e Ranger (1997) chamam de tradição inventada. Os autores argumentam que as tradições inventadas são aparentemente enraizadas social e culturalmente, mas na verdade são relativamente recentes, sendo criadas e institucionalizadas para atender necessidades específicas em determinado momento histórico. E pontuam que a tradição se distingue do costume pois ele se refere a prática em si, enquanto a tradição inventada se diz respeito à ligação que essa ação estabelece em conexão com o passado, mesmo que artificial, criando ritos, cerimônias, e símbolos que dão continuidade cultural, sendo ferramentas para reforçar a identidade nacional, cultural, ou social, essas tradições inventadas são rapidamente adotadas e aceitas construindo uma ilusão de estabilidade cultural.

Nesse aspecto, aliás, a diferença entre "tradição" e "costume" fica bem clara. "Costume" é o que fazem os juizes; "tradição" (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado (Hobsbawn e Ranger, 1997, p. 10).

Tendo em vista a citação acima se entende que o costume seria a ação que desempenham os juizes de maneira crua, e a tradição inventada os adereços específicos que usam quando desempenham tal ação, e foram formalmente institucionalizados para simbolizar seu papel de autoridade na sociedade. Em resumo, as tradições inventadas

são construídas a fim de criarem uma sensação de continuidade histórica, mas que foram na verdade criadas em momentos específicos para atender propósitos definidos, com o intuito de favorecer diretrizes sociais ou políticas. No contexto da escrita cursiva, e caligrafia dentro das instituições brasileiras, se torna evidente que essa tradição inventada serviu para o favorecimento de discursos políticos e sociais como observamos, por exemplo, a padronização da escrita, quando identificamos que:

A falta de leis gerais para o ensino primário, que só começam a surgir na década de 40, no Brasil, fizeram do recurso a cartilhas e a cadernos de caligrafia instrumento eficaz de difusão não apenas de um padrão lingüístico pensado como nacional, mas de exaltação de heróis e datas comemorativas, especialmente nos anos 10 e 20, ou de reforço identidades infantis e representações de um Brasil moderno, nos anos 30 e 40, pois se os cadernos caligráficos das séries iniciais traziam alguns exercícios de coordenação motora e de cópia de letras isoladas, os das séries seguintes apresentavam frases mais compreensivas e pequenas imagens (Vidal e Gvirtz, 1998, p. 28).

Ou seja, a escrita cursiva serviu como ferramenta propulsora, tanto para a adequação e higienização dos corpos, quanto em prol de beneficiar e sustentar os discursos e diretrizes que precisavam ser institucionalizadas no país na época, com intuito de inovar e padronizar a linguagem escrita e oral em todo o país, acompanhado de uma ideia de inovação e patriotismo oficializado, visto que as cartilhas acompanhavam datas comemorativas nacionais e pessoas importantes tidas como heróis a época, tendo como objetivo melhorar e homogeneizar a imagem, linguagem, e escrita do Brasil. Instaura-se dessa forma na cultura escolar brasileira, o imaginário contínuo e consolidado de que a letra cursiva e caligrafia são uma tradição escolar legítima, que dá suporte para comprovação da autenticidade do aprendizado “completo” do aluno, pautado na ideia de que escrever desenvolvia aspectos motores nas crianças e acima disso ter uma letra bonita e legível simbolizava que os conhecimentos e habilidades esperados no processo de alfabetização foram efetivamente construídos e concretizados pelos discentes.

A importância de desenvolver a “boa escrita” era realçada pelo imperativo de formar o senso estético da criança, precioso à sua educação sentimental. O ensino da técnica, ainda, deveria proporcionar ao aluno hábitos de ordem, asseio e disciplina mental (Vidal e Gvirtz, 1998, p. 23).

Conseguimos identificar, então, que até os resquícios da exigência de um bom desenho da letra, tamanho e afins, foram aspectos carregados junto à tradição inventada na cultura escolar sob a escrita cursiva se instituindo como habilidade primordial para desenvolvimento cognitivo e motor das crianças. Observamos tais aspectos se repetindo na atualidade com as teorias já antes levantadas sobre os benefícios motores, psíquicos entre outros que aprender a escrever com a letra cursiva proporcionaria. Fato é que não procuramos afirmar que esses aspectos não sejam trabalhados ao desempenhar a letra cursiva, mas acreditamos que ela não é a única e nem exclusiva maneira de trabalhá-los (quicá não seja também a mais efetiva). Destacamos que há outros modos de desenvolvê-los, inclusive a partir de materiais concretos e intuitivos para desenvolvimento de determinada área seja ela psíquica ou motora. Vale ressaltar que tais habilidades devem antecipar o processo de aprendizagem da escrita propriamente dita, ou seja, podem e devem ser estimulados antes mesmo de a criança aprender a pegar um lápis, por meio, por exemplo, de brincadeiras que estimulam a motricidade fina.

3 A ESCRITA CURSIVA NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO: O QUE APONTAM OS DOCUMENTOS

A escrita cursiva no currículo educacional brasileiro embora seja um tema recorrente sempre que procurado é encontrado de maneira secundária e genérica, mesmo assim as discussões acerca do uso dessa habilidade vem se instaurando nos debates que permeiam a alfabetização e letramento brasileiro. Ao explorarmos as políticas educacionais brasileiras fica evidente que a escrita cursiva frequentemente é associada às fases iniciais do processo de alfabetização, porém sempre de forma leviana e pouco aprofundada. Procuramos então nesse tópico explorar a trajetória da escrita cursiva no currículo brasileiro, a fim de assimilar seu papel na formação educacional contribuindo para compreendermos melhor como as práticas educacionais no país podem ser encaradas, levando em consideração tanto as tradições quanto às demandas da contemporaneidade.

Vale destacar também que ao analisarmos versões mais antigas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 e sua atualização em 1996, nos deparamos com estratégias educacionais que visam a melhoria da educação no país, mas nada ligado especificamente ao processo de alfabetização, seu foco estava em estabelecer bases para o sistema educacional de maneira ampla, sem mencionar um detalhamento sobre os métodos de ensino ou abordagens pedagógicas a serem estabelecidas pelas instituições ou profissionais da área, o que muda em sua atualização uma vez que a Lei passa a incorporar uma visão mais centrada no aluno e no que espera que o mesmo aprenda. No entanto, como na sua primeira versão, aspectos sobre alfabetização, ortografia ou escrita ainda são escassos e praticamente não mencionados.

O mesmo é identificado quando procuramos algo específico sobre a alfabetização, ortografia, ou escrita no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2006 ou o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 embora estabeleça metas ambiciosas para a educação brasileira, perpetua a lacuna no que diz respeito a escrita no processo de alfabetização. Ou seja, nenhum deles traz uma perspectiva única e focada no processo de alfabetização nem tão pouco no aspecto da letra cursiva e seu uso e prática nos anos iniciais da alfabetização.

O que para além, se repete nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) pois o documento destinado ao então terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental coloca a

escrita como necessidade educativa fundamental, trazendo exemplos e forma de desenvolvê-la juntamente a linguagem oral e outras disciplinas, mas não faz menção a escrita cursiva nem mesmo traz orientações para sua execução dentro das instituições escolares.

É somente a partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 que são estabelecidos conhecimentos, habilidades, e competências que devem ser adquiridas ao longo da educação básica. A partir deste documento a escrita cursiva é citada de forma específica, sendo colocado como obrigatório sua apresentação, e construção do ensino da mesma nos anos iniciais do ensino fundamental, simbolizando um avanço do que diz respeito a visibilidade da letra cursiva uma vez que a mesma se torna uma habilidade recomendada com o intuito de compor o currículo e as iniciativas de alfabetização. Entretanto a BNCC não faz nenhuma referência sobre a obrigatoriedade do uso contínuo da escrita cursiva após a construção desse conhecimento no cotidiano dos discentes.

Na habilidade para o primeiro ano do ensino fundamental a BNCC deixa explícito a necessidade de “(EF01LP11) Conhecer, diferenciar e relacionar letras em formato imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas” (Brasil, 2017, p. 101). Ou seja, os discentes precisam compreender que existe mais de uma forma de escrita, assimilando suas formas e reconhecendo não somente a diferença entre o desenho, mas também quando usá-la maiúscula e minúscula. Contudo a BNCC não faz nenhuma menção sobre adotar algum dos modelos de escrita como padrão a ser usado cotidianamente, o que reforça a hipótese de que o uso da letra cursiva pode ser apenas uma escolha pessoal pedagógica dos professores e instituições.

Por todos esses aspectos entendemos que dentro dos documentos norteadores destinados à educação fundamental brasileira, a letra cursiva é subentendida como habilidade importante a ser aprendida, mas não encontramos menções específicas e claras que orientam seu uso ou ensino de forma obrigatória dentro das instituições escolares, apontando uma invisibilidade para essa questão tão presente no cotidiano das escolas. Mesmo quando mencionado os tipos de escrita não acompanha aspectos de normatização ou regra de uso de uma específica em detrimento de outra, deixando-a por fim como uma habilidade que deve ser apresentada de diversas maneiras aos discentes, mantendo aberta para escolha das instituições ou dos professores a forma de escrita aceita dentro de suas salas, o que também sugere que após apresentadas o aluno pode escolher usar qual melhor se adaptar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos argumentos apresentados, reiteramos que nosso foco não fora a disputa entre escrita cursiva, imprensa ou letramento digital, nem tão pouco se a escrita é ou não ferramenta para desenvolvimento psíquico e motor, mas concentramos nossa atenção nos motivos que levam a letra cursiva a ser encarada como uma obrigatoriedade no cotidiano escolar de diversas instituições.

Do ponto de vista dos documentos governamentais que orientam e parametrizam os currículos, percebeu-se que em momento algum, considerando as fontes consultadas, a letra cursiva fora realmente institucionalizada formalmente em lei ou diretriz como habilidade prioritária. Antes, tal tipo de escrita é colocada lado a lado com outras formas de representação vigentes em nossa sociedade contemporânea e que devem ser conhecidas pelos estudantes. Não há, portanto, qualquer menção à obrigatoriedade de seu uso e nem nenhuma alusão à escrita cursiva como uma escrita legitimamente reconhecida como escolar.

Até porque, como já nos ensinou Emilia Ferreiro (1981, p. 38 - 40), a escrita é um objeto de uso social e não exclusivamente escolar. Dessa forma, limitar ou tentar obrigar uma única forma de escrita, mais produtiva no ambiente escolar do que em qualquer outro, significa tentar inverter essa lógica e monopolizar a escrita e suas possibilidades de representação.

Acreditamos na importância de permitir aos alunos dos anos iniciais a liberdade de escolher a forma de escrita que mais lhes convier, seja ela letra de imprensa, bastão ou cursiva, reconhecendo a diversidade da escrita e promovendo a autonomia na educação, garantindo que cada indivíduo possa se expressar da maneira que se sentir mais confortável e competente (no sentido de ser legível e conseguir cumprir a função de comunicar).

Não se deve deixar de considerar, que a escrita também se qualifica como uma forma artística de expressão pessoal. Nesse caso, acreditamos que o princípio a ser observado é o da legibilidade. Assim, o objetivo é ensinar a escrever não de forma igual, seguindo uma mesma caligrafia, mas de forma legível para todo e qualquer leitor.

Considerando a sociedade em que ora estamos inseridos, também é preciso considerar a necessidade de ensinar a escrever em meios digitais, uma vez que, muitas crianças já têm acesso ao código escrito nesses dispositivos (celulares, tablets, smart TV, banners e outdoors digitais) antes mesmo de iniciarem o processo de escolarização.

Esse tema merece um debate exclusivo, mas não poderíamos deixar de mencionar a necessidade de considerarmos essa demanda do letramento digital.

Considerando tais pontuações, o que se pode afirmar ao final deste trabalho, é que prender o aluno a ser expert em escrever a letra cursiva não nos parece ser o melhor caminho para prepará-lo para as práticas de letramento com as quais ele irá lidar socialmente fora da escola e, mesmo dentro dela, se consideramos que mesmos materiais escolares ou presentes na escola (como livros, comunicados em murais, cartilhas, placas sinalizadoras) figuram em letra de imprensa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 set. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Acesso em: 10 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.
- FERREIRO, Emília (1981). **Reflexões sobre alfabetização**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5342947/mod_resource/content/1/Reflex%C3%B5es%20sobre%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. A invenção das Tradições 6. ed. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1997. p. 9-23.
- LARROSA, Jorge. O Ensaio e a Escrita Acadêmica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 28, n. 2, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25643>. Acesso em: 10 set. 2023.
- SCHWABE, Claudia. Redecker; LOTTERMANN, Anastacia. BNCC e escrita cursiva: um estudo sobre as percepções dos professores da rede municipal de Lajeado-RS. **Revista Thema**, Pelotas, v. 19, n. 3, p. 731–742, 2021. DOI: 10.15536/thema.V19.2021.731-742.2319. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/2319>. Acesso em: 10 set. 2023.
- SEVERINO, Antônio, Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007. Acesso: em 10 set. 2023.

SOUSA FILHO, Sinval Martins de; SILVA, Pedro Henrique da. Novos modos de escrita: alfabetização sem escrita cursiva. **Revista Leia Escola**, Campina Grande, v. 20, n. 2, p. 370-385, 2020. DOI: 10.35572/rle.v20i2.1801. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/Leia/article/view/1801>. Acesso em: 10 set. 2023.

VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880-1940. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 08, p. 13-30, ago. 1998. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781998000200003&lng=pt\u0026nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2023.